



34º CONGRESSO: DELEGADOS TÊM FORMAÇÃO, ATIVIDADES CULTURAIS E APROVAM O PLANO DE LUTAS PARA 2026



Cerca de quatro mil delegados participaram da 34ª edição do Congresso do SINPEEM - **Escola pública: enfrentamentos, resgate e reinvenções**, realizado entre os dias 07 e 10 de outubro, no Centro de Convenções do Distrito Anhembi. Foram 37 grupos de interesse – com temas abrangentes, que permeiam o cotidiano escolar, com a participação de 72 palestrantes, vindos de várias partes do país; 15 atividades culturais envolvendo shows musicais e de dança folclórica, exposição de artes plásticas e oficinas. Como tarefa sindical, os delegados aprovaram o Plano de Ação/Lutas, com encaminhamentos e calendário ainda para este ano e para 2026. **Páginas 2 a 14**



EDITORIAL

Congresso do SINPEEM: formação, atividades culturais, debates e resoluções



O congresso do SINPEEM, realizado anualmente, não é uma instância político-partidária como querem os grupos de oposição ao SINPEEM.

É, sim, uma das instâncias representativas do sindicato, com a participação de docentes, gestores e do Quadro de Apoio, eleitos nas unidades educacionais da rede municipal de ensino.

Evento reconhecido nacionalmente como um dos maiores e mais importantes, organizados por um sindicato de profissionais de educação, tem as suas normas e programação antecipadamente divulgadas para a eleição dos participantes, não se restringindo somente às questões de políticas, internacional, nacional e sindical.

Durante os seus quatro dias, conforme apurado em avaliação após cada evento e aprovado, ocorrem o painel de exposição e debate sobre o tema geral do congresso, palestras com especialistas sobre diversos temas indicados pela categoria, mostra de artes e apresentações culturais. Portanto, os temas das palestras e a realização de atividades culturais são indicados pela categoria e a sua dinâmica e funcionamento, também.

Aprovado pela maioria absoluta dos participantes, o nosso congresso é, com certeza, um espaço rico, destinado à formação e de interatividade, com a troca de experiências entre os participantes de todas as unidades educacionais e demais órgãos da rede.

A grade cultural do congresso, com a exposição de artes plásticas, música, dança e teatro, é aprovada e elogiada pelos delegados. Muitos são os participantes que registram não terem esta vivência no cotidiano escolar, daí também a sua importância.

No entanto, grupos de oposição ao SINPEEM que, na maioria das vezes, se comportam como verdadeiros opositores da categoria, insistem que o congresso não deve ter em sua grade as palestras proferidas por professores, cientistas e pesquisadores, especialistas em diversos temas, e as atividades culturais.

Sempre repetem a velha tática de tentar inviabilizar a realização do congresso. Defendem a alteração da dinâmica para que seja excluída de sua programação todas as atividades culturais de formação, reduzindo o evento somente às plenárias de discussão de política geral.

Mesmo após defenderem alterações na proposta de regimento e na programação do congresso, votadas e rejeitadas pela maioria dos participantes, fazem

de tudo para inviabilizar a sua instalação e realização. Mas, felizmente, a categoria sempre reage e desaprova as suas atitudes e garante a continuidade dos trabalhos e o cumprimento de toda a programação.

Durante a segunda plenária do 34º Congresso, repetiram a tática de tentar inviabilizar a votação e aprovação do nosso Plano de Ação/Lutas, composto por reivindicações salariais, funcionais, educacionais, condições de trabalho, proteção à saúde dos profissionais de educação, ações e calendário de atividades e lutas a serem realizadas pelo SINPEEM em 2026.

NÃO CONSEGUIRAM, prevaleceu a decisão da maioria dos que defendem, de fato, os nossos direitos e reivindicações e sabem da importância do congresso e do sindicato, como organização coletiva, independente, autônoma e de luta para defender os direitos, resistir aos arbítrios dos governos, lutar e conquistar.

Apesar da ação premeditada para impedir o andamento dos trabalhos, o Plano de Ação/Lutas foi aprovado, com encaminhamentos sobre o posicionamento e luta do SINPEEM voltados às conjunturas internacional, nacional e municipal; política educacional, valorização salarial com aumento real, contra a política de subsídio e pela manutenção de direitos; direitos funcionais de carreiras e benefícios, atendimento médico-hospitalar, campanhas e calendário de lutas para 2025 e 2026.

Felizmente, como todos os presentes puderam constatar, a resistência dos delegados(as) que realmente se importam com os rumos da categoria venceu. Unidos, não vamos permitir que o nosso sindicato seja destruído por grupos que, com suas ações, dividem os profissionais de educação, enfraquecem a organização e, intencionalmente ou não, acabam ajudando o governo.

O SINPEEM é um sindicato combativo, autônomo e independente. E assim continuará sendo!

Unidos somos mais fortes!

A DIRETORIA

CLAUDIO FONSECA
Presidente

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO NO ENSINO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Avenida Santos Dumont, 596 - CEP 01101-000 - Luz - São Paulo - SP - Fone 3329-4500

www.sinpeem.com.br – e-mails: sinpeem@sinpeem.com.br – imprensa@sinpeem.com.br

Registro Sindical no Ministério do Trabalho outorgado pelo Processo nº 24440.025576/89

DIRETORIA

Presidente	Claudio Fonseca
Vice-presidente	José Donizete Fernandes
Secretário-geral	Cleiton Gomes da Silva
Vice-secretário-geral	Joeferson Faccin José de Almeida
Secretária de Finanças	Doroty Keiko Sato
Vice-secretária de Finanças	Cleonice Helena Oliveira da Silva
Secretário de Administração e Patrimônio	Josafá Araújo de Souza
Secretária de Imprensa e Comunicação	Valéria de Jesus Silva
Vice-secretário de Imprensa e Comunicação	Edivaldo dos Santos Nascimento
Secretária de Assuntos Jurídicos	Lilian Maria Pacheco
Vice-secretário de Assuntos Jurídicos	Romildo Rodrigues da Conceição
Secretária de Formação	Patrícia Pimenta
Vice-secretária de Formação	Laura de Carvalho Cymbalista
Secretária de Assuntos Educacionais e Culturais	Célia Cordeiro da Costa
Secretária de Política Sindical	Lourdes Quadros Alves
Secretário de Assuntos do Quadro de Apoio	José Corsino da Costa
Vice-secretária de Assuntos do Quadro de Apoio	Nilde Barbosa Costa
Secretária de Seguridade Social/Aposentados	Luzinete Josefa da Rocha
Secretária para Assuntos da Mulher Trabalhadora	Vanessa Couto da Silva
Secretário de Políticas Sociais	João Batista Magalhães Paes de Barros Filho
Secretária de Saúde e Segurança do Trabalhador	Shirlei Aparecida Rodrigues Sousa Araújo
Secretário Antirracista e da Diversidade	João Baptista Nazareth Jr. (in memoriam)
Secretária de Assuntos da Primeira Infância	Michele Rosa Oliveira
Secretário de Organização Regional	Juliano Godoi

DIRETORES REGIONAIS

Ana Lúcia Gama Marques - Cláudia Cristina Alves de Souza
Diogo Mautone da Silveira - Flávia Cristina Alves de Jesus
Francisco Livino de Noronha Neto - Lucas Antonio Nizuma Simabukulo
Maria Cristina de Jesus Novaes - Nelson Luiz Gímenes Galvão
Raquel Macedo Urias dos Santos - Renato Rodrigues dos Santos
Ricardo Cardoso de Moraes - Sabrina Teixeira - Silvana Zuculin



Jornalista responsável: Graça Donegati - Mtb 22.543

Diagramação: José Antonio – 60 mil exemplares

Os textos publicados no Jornal do SINPEEM são de exclusiva responsabilidade da Diretoria do sindicato

TABELAS DE VENCIMENTOS DE MAIO DE 2025 DO QUADRO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO (QPE) DO ENSINO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

REF/GRAUS	A	B	C	D	E
Apoio à Educação – Jornada 40 horas semanais					
QPE-01	1.647,67	1.754,78	1.868,81	1.990,22	2.119,66
QPE-02	1.754,78	1.868,81	1.990,22	2.119,66	2.257,49
QPE-03	1.868,81	1.990,22	2.119,66	2.257,49	2.404,13
QPE-04	1.990,22	2.119,66	2.257,49	2.404,13	2.560,40
QPE-05	2.119,66	2.257,49	2.404,13	2.560,40	2.726,89
QPE-06	2.257,49	2.404,13	2.560,40	2.726,89	2.904,11
*QPE-07	2.404,13	2.560,40	2.726,89	2.904,11	3.092,94
*QPE-08	2.560,40	2.726,89	2.904,11	3.092,94	3.293,91
*QPE-09	2.726,89	2.904,11	3.092,94	3.293,91	3.508,04
*QPE-10	2.904,11	3.092,94	3.293,91	3.508,04	3.736,11
*QPE-11	3.092,94	3.293,91	3.508,04	3.736,11	3.978,93
*QPE-12	3.293,91	3.508,04	3.736,11	3.978,93	4.237,50
*QPE-13	3.508,04	3.736,11	3.978,93	4.237,50	4.512,98
*QPE-14	3.736,11	3.978,93	4.237,50	4.512,98	4.806,31
JB – 20 horas/aula					
QPE-11	1.833,35	1.952,53	2.079,40	2.214,76	2.358,67
QPE-12	1.952,53	2.079,40	2.214,76	2.358,67	2.511,91
QPE-13	2.079,40	2.214,76	2.358,67	2.511,91	2.675,04
QPE-14	2.214,76	2.358,67	2.511,91	2.675,04	2.849,06
QPE-15	2.358,67	2.511,91	2.675,04	2.849,06	3.034,22
QPE-16	2.511,91	2.675,04	2.849,06	3.034,22	3.231,64
QPE-17	2.675,04	2.849,06	3.034,22	3.231,64	3.441,44
QPE-18	2.849,06	3.034,22	3.231,64	3.441,44	3.665,31
QPE-19	3.034,22	3.231,64	3.441,44	3.665,31	3.903,65
QPE-20	3.231,64	3.441,44	3.665,31	3.903,65	4.157,40
QPE-21	3.441,44	3.665,31	3.903,65	4.157,40	4.427,41
QPE-22	3.665,31	3.903,65	4.157,40	4.427,41	4.715,16
QPE-23	3.903,65	4.157,40	4.427,41	4.715,16	5.021,70
JBD – 30 horas/aula					
QPE-11	2.750,09	2.929,00	3.119,29	3.322,08	3.538,02
QPE-12	2.929,00	3.119,29	3.322,08	3.538,02	3.767,91
QPE-13	3.119,29	3.322,08	3.538,02	3.767,91	4.012,82
QPE-14	3.322,08	3.538,02	3.767,91	4.012,82	4.273,69
QPE-15	3.538,02	3.767,91	4.012,82	4.273,69	4.551,36
QPE-16	3.767,91	4.012,82	4.273,69	4.551,36	4.847,29
QPE-17	4.012,82	4.273,69	4.551,36	4.847,29	5.162,52
QPE-18	4.273,69	4.551,36	4.847,29	5.162,52	5.498,10
QPE-19	4.551,36	4.847,29	5.162,52	5.498,10	5.855,37
QPE-20	4.847,29	5.162,52	5.498,10	5.855,37	6.235,76
QPE-21	5.162,52	5.498,10	5.855,37	6.235,76	6.641,35
QPE-22	5.498,10	5.855,37	6.235,76	6.641,35	7.073,00
QPE-23	5.855,37	6.235,76	6.641,35	7.073,00	7.532,74
Jeif, Jornada Especial Integral e J-30 (CEI)					
**QPE-11	3.666,68	3.905,01	4.158,88	4.429,48	4.717,21
**QPE-12	3.905,01	4.158,88	4.429,48	4.717,21	5.023,72
**QPE-13	4.158,88	4.429,48	4.717,21	5.023,72	5.350,08
**QPE-14	4.429,48	4.717,21	5.023,72	5.350,08	5.697,99
**QPE-15	4.717,21	5.023,72	5.350,08	5.697,99	6.068,36
**QPE-16	5.023,72	5.350,08	5.697,99	6.068,36	6.463,27
**QPE-17	5.350,08	5.697,99	6.068,36	6.463,27	6.882,89
**QPE-18	5.697,99	6.068,36	6.463,27	6.882,89	7.330,60
**QPE-19	6.068,36	6.463,27	6.882,89	7.330,60	7.807,30
**QPE-20	6.463,27	6.882,89	7.330,60	7.807,30	8.314,89
**QPE-21	6.882,89	7.330,60	7.807,30	8.314,89	8.854,79
**QPE-22	7.330,60	7.807,30	8.314,89	8.854,79	9.430,38
**QPE-23	7.807,30	8.314,89	8.854,79	9.430,38	10.043,34
Jornada Básica e Especial de 40 horas					
QPE-11	4.889,10	5.206,98	5.545,56	5.905,85	6.289,87
QPE-12	5.206,98	5.545,56	5.905,85	6.289,87	6.698,49
QPE-13	5.545,56	5.905,85	6.289,87	6.698,49	7.133,94
QPE-14	5.905,85	6.289,87	6.698,49	7.133,94	7.597,51
QPE-15	6.289,87	6.698,49	7.133,94	7.597,51	8.091,49
QPE-16	6.698,49	7.133,94	7.597,51	8.091,49	8.617,60
QPE-17	7.133,94	7.597,51	8.091,49	8.617,60	9.177,67
QPE-18	7.597,51	8.091,49	8.617,60	9.177,67	9.774,19
QPE-19	8.091,49	8.617,60	9.177,67	9.774,19	10.409,45
QPE-20	8.617,60	9.177,67	9.774,19	10.409,45	11.086,20
QPE-21	9.177,67	9.774,19	10.409,45	11.086,20	11.806,66
QPE-22	9.774,19	10.409,45	11.086,20	11.806,66	12.574,23
QPE-23	10.409,45	11.086,20	11.806,66	12.574,23	13.391,59
QPE-24	11.086,20	11.806,66	12.574,23	13.391,59	14.262,03

* Corresponde à tabela de vencimentos de ADIs

** Corresponde à tabela de vencimentos de PEIs

Observação: tabelas com a aplicação de 2,60% (Lei nº 18.235/2025), publicadas na plataforma Clic, da Cogep.

34º Congresso abordou os grandes desafios para valorizar a educação pública



Fernando Cardozo

Em sua 34ª edição, o Congresso do SINPEEM de 2025, realizado entre os dias 07 e 10 de outubro, no Centro de Convenções do Distrito Anhembi, trouxe para discussão o tema central **“Escola pública: enfrentamentos, resgate e reinvenções”**, num momento em que os profissionais de educação vêm sendo atacados sistematicamente, direta ou indiretamente, com a retirada de direitos, falta de valorização e os baixos salários, que os têm levado ao adoecimento físico e mental (estresse, depressão, síndrome de *burnout*, entre outras doenças), desmotivação e, conseqüentemente, ao aumento do absenteísmo e readaptação funcional na rede municipal de ensino.

Por esta razão, todos os anos o congresso do SINPEEM assume o protagonismo de discutir estas e outras questões que permeiam o cotidiano escolar.

E em 2025 não foi diferente, com a realização de 37 grupos de interesse ministrados por 72 palestrantes. Entre os temas, destaque para as discussões sobre terceirizações e privatizações, currículo e diversidade, ideologia e as novas tecnologia, proibição do uso de celulares em sala de aula, povos originários, saúde, políticas públicas para a inclusão, a importância do quadro de Apoio, neurodiversidade, gestão democrática, gênero e sexualidade, pedagogia grão, educação e democracia, inteligência artificial e crises migratórias.

Já nas plenárias, os delegados debateram e aprovaram o Plano de Lutas da categoria, com questões funcionais, salariais, de segurança e saúde dos profissionais de educação, que nor-

tearão as ações do SINPEEM ainda para este ano e para 2026, com a defesa da manutenção e ampliação dos direitos e luta pelo atendimento às reivindicações da categoria.

Na abertura oficial do evento, no dia 07/10, compuseram a mesa o presidente do SINPEEM, Claudio Fonseca, Flávia Bischain, da Coordenação Nacional e Setorial de Educação; Masé Bettini dos Santos, vice-presidente do Sindicato dos Supervisores de Ensino no Magistério Oficial no Estado de São Paulo (Apase); Nivaldo Santana, da Central dos Trabalhadores(as) do Brasil (CTB); Maria Claudia de Almeida Viana Junqueira, diretora do Instituto de Estudos Educacionais Sud Menucci, do Centro do Professorado Paulista (CPP); José Carlos Bueno do Prado (Zezinho), secretário de funcionários escolares da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Lucas Araújo, chefe da Assessoria de Relações de Trabalho da Secretaria Municipal de Gestão (SMG); Orlando Silva, deputado federal; Norma Lúcia Andrade dos Santos, presidenta do Sindicato dos Especialistas no Ensino Público de São Paulo (Sinesp); Claudete Alves, presi-

denta da Sindicato dos Profissionais em Educação Infantil da Rede Municipal de São Paulo (Sedin); e Valentina Macedo, presidente da União Metropolitana dos Estudantes (Umes).

Todos enaltecaram a iniciativa do SINPEEM em realizar este grandioso evento, que conta com a participação de cerca de quatro mil delegados, eleitos em seus locais de trabalho.

O presidente Claudio Fonseca destacou a importância do congresso, que reúne docentes, gestores e profissionais do Quadro de Apoio, como espaço democrático da categoria e fator preponderante para o debate sobre as reivindicações da categoria que visam à melhoria da qualidade do ensino, não só na cidade de São Paulo, mas em todo o país.



Delegados aprovaram o Plano de Ação/Lutas do SINPEEM para 2025 e 2026

O Plano de Ação/Lutas ainda para este ano e para 2026, aprovado pelos delegados(as) no 34º Congresso do SINPEEM, é composto por reivindicações da categoria, inclusive com políticas permanentes aprovadas em todas as instâncias de deliberação do sindicato, referentes às conjunturas internacional, estadual e municipal, valorização salarial, direitos funcionais de carreiras e benefícios, atendimento médico-hospitalar, campanhas, encaminhamentos e calendário de lutas.

Valorização salarial: aumento real, não à política de subsídios e manutenção de direitos

2 - CONJUNTURAS ESTADUAL E MUNICIPAL

ENCAMINHAMENTOS

Considerando a análise da conjuntura política geral e os desafios políticos e administrativos, o nosso congresso deve aprovar os seguintes itens para compor a pauta de reivindicações, tendo em vista o Plano de Ação/Lutas, a serem realizadas ainda no final deste ano e em 2026:

- a) educação pública, estatal, gratuita, laica e com acesso universal, da educação infantil à universidade;
- b) equidade nas condições de acesso e permanência ao ensino público;

- c) verba pública exclusivamente para as escolas públicas e estatais;
- d) imediata devolução para a rede direta dos prédios cedidos ao atendimento indireto;
- e) fim dos contratos de terceirização de serviços e parcerias para o atendimento à demanda na educação infantil e no ensino fundamental;
- f) ampliação da rede física para atendimento direto da demanda;
- g) diminuição da quantidade de bebês/crianças/estudantes por sala/turma/agrupamento, conforme a seguinte tabela:

1 - CONJUNTURA INTERNACIONAL

O SINPEEM deve:

- a) realizar cursos, palestras e seminários sobre política internacional e a ascensão da extrema direita no mundo;
- b) promover, realizar e participar de ações unitárias em defesa da democracia, contra o neoliberalismo e contra as ingerências externas que solapam a soberania nacional;
- c) realizar ações e lutas em defesa da educação pública gratuita, laica e de qualidade social, universalização do acesso à escola e aos serviços públicos estatais;
- d) participar da construção e realização de ações com os movimentos sociais contra o genocídio do povo palestino, cobrando o rompimento de relações do Brasil com o estado sionista de Israel.

MODALIDADE DE ENSINO	PME APROVADO EM 25/08/2015 – META 2	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 28/2024	PROPOSTA DO SINPEEM
Berçário I	7 educandos / 1 educador	7 educandos / 1 educador	4 educandos / 1 educador
Berçário II	9 educandos / 1 educador	9 educandos / 1 educador	6 educandos / 1 educador
Minigrupo I	12 educandos / 1 educador	12 educandos / 1 educador	9 educandos / 1 educador
Minigrupo II	25 educandos / 1 educador	25 educandos / 1 educador	10 educandos / 1 educador
Minigrupo multietário	-----	18 educandos / 1 educador	SINPEEM é contra
Infantil	25 educandos / 1 educador	29 educandos / 1 educador	15 educandos / 1 educador
Ciclo alfabetização	26 educandos / 1 educador	30 educandos / 1 educador	20 educandos / 1 educador
Ciclo interdisciplinar	28 educandos / 1 educador	32 educandos / 1 educador	25 educandos / 1 educador
Ciclo autoral	30 educandos / 1 educador	32 educandos / 1 educador	25 educandos / 1 educador
EJA – alfab. e básica	25 educandos / 1 educador	30 educandos / 1 educador	25 educandos / 1 educador
EJA – complem. e final	30 educandos / 1 educador	32 educandos / 1 educador	25 educandos / 1 educador
Emebs - educação infantil	_____	_____	4 educandos / 1 educador
Emebs - 1º ao 4º	_____	_____	5 educandos / 1 educador
Emebs - 5º ao 9º	_____	_____	8 educandos / 1 educador



- h) educação integral, em tempo integral, não impositiva, com respeito à decisão dos Conselhos de Escola e com a garantia de todas as condições necessárias, sem ampliação da duração da hora/aula e jornadas diárias de trabalho dos docentes, gestores e do Quadro de Apoio;
- i) educação especial, na perspectiva inclusiva, em equipamentos que obedecem ao conceito de desenho universal, que possibilitem o atendimento educacional especializado e respeitem as diferenças humanas;
- j) recursos humanos, tecnológicos e materiais para o atendimento adequado aos alunos com deficiência, neurodivergentes ou com altas habilidades;
- k) criação dos cargos de auxiliar de vida escolar (AVE) e de professor de apoio educacional especializado (Paee) para comporem a carreira do magistério, com ingresso por meio de concursos e lotação em todas as unidades escolares da rede municipal de ensino (CEIs, Emeis, Cemeis, Emefs, Emebss e Emefms);
- l) realização de concursos para cargos docentes, gestores e para o Quadro de Apoio sempre que 5% das vagas se tornarem disponíveis e convocação de aprovados;
- m) ampliação da quantidade de cargos que compõem as carreiras do magistério e do apoio à educação e ampliação dos módulos de pessoal – docentes, gestores e Quadro de Apoio;
- n) módulo de estagiários para todas as salas/turmas/agrupamentos auxiliando os profissionais docentes nas intervenções pedagógicas que atendam às necessidades de cada estudante;
- o) fim da imposição das salas multietárias;
- p) escolas saudáveis e seguras, com cultura de paz e não militarizadas;
- q) EJA em todas as Emefs e Emefms da rede municipal de ensino;
- r) educação que combata o racismo, a LGBTQIAPN+fobia, o machismo, o sexismo, o capacitismo, o etarismo e toda forma de intolerância e violência;
- s) revogação integral das reformas previdenciária, trabalhista e do ensino médio, da BNCC e da lei antigreve;
- t) fim do confisco previdenciário de 14%, imposto aos aposentados e pensionistas;



Fernando Cardozo

- u) redução da alíquota de desconto previdenciário de 14% para 11% para ativos e aposentados;
- v) participação majoritária dos servidores (as) municipais nas gestões financeira e administrativa do RPPS/Ipem;
- w) descongelamento, com efeito retroativo, do tempo relativo ao período de 28/05/2020 a 31/12/2021, para fins de aquisição de quinquênios e sexta parte, imposto pela Lei Complementar nº 173/2020;
- x) incorporação, na aposentadoria, por exercício de jornadas especiais e cargos de livre provimento por designação;
- y) contra o fechamento de salas e agrupamentos na educação infantil, atendimento prioritário na rede direta, com plano de construção de equipamentos para expansão de atendimento e retomada imediata dos equipamentos entregues a rede conveniada;
- z) política de atendimento dos bebês pequenínissimos que garanta segurança e todos os seus direitos;
- aa) contra a imposição do Programa São Paulo Integral nas escolas, sem condições de atendimento e desrespeito aos Conselhos de Escola;
- bb) enfrentamento as avaliações externas em larga escala, que tem representado elemento de esvaziamento do currículo, rebaixamento do processo de aprendizagem e mecanismo de exposição e punição de trabalhadores(as);

- cc) contra as escolas cívico-militares. Escola não é quartel.

3 - CAMPANHA SALARIAL 2026

Realizar a campanha salarial 2025/2026, tendo como centralidade:

1. antecipação do reajuste a ser aplicado em maio de 2026 para novembro de 2025, com efeito retroativo a maio de 2025, e início da incorporação dos abonos complementares dos pisos dos docentes, gestores e do Quadro de Apoio, com a aplicação de 8,5% a partir de dezembro de 2025, totalizando, em novembro de 2025, reajuste de 11,27% sobre os atuais padrões de vencimentos de todos os profissionais de educação, ativos e aposentados;
2. 6,5% de reajuste em fevereiro de 2026, a título de incorporação dos abonos complementares de pisos;
3. 10% de reajuste em maio de 2026, a título de incorporação dos abonos complementares de pisos;
4. 8,5% de reajuste em outubro de 2026, a título de incorporação dos abonos complementares de pisos;
5. 11% de reajuste em março de 2027, a título de incorporação dos abonos complementares;
6. aumento real dos pisos remuneratórios, em cumprimento do artigo 100 da Lei nº 14.660/2007, na data-base de 2026.

4 - DIREITOS FUNCIONAIS DE CARREIRA E BENEFÍCIOS

Defendemos:

- a) manutenção do regime de remuneração por vencimentos, composto pelo valor padrão, quinquênios e sexta parte;
- b) não ao regime de remuneração por subsídio com a manutenção do desenvolvimento nas carreiras por progressão, promoção, evolução, acesso e os benefícios de quinquênios e sexta parte;
- c) Jeif como jornada do cargo docente, com opção anual pela JBD no momento da escolha/atribuição;
- d) reorganização das carreiras que integram o Quadro de Apoio e redução das jornadas dos ATEs e dos agentes escolares para 30 horas semanais, sem redução de salários, e evolução funcional nos mesmos moldes que a evolução dos professores(as);
- e) criação do cargo de secretário, por meio de concurso de acesso, e lotação em todas as unidades da rede municipal de ensino;
- f) direito à participação de todos os profissionais, mesmo em estágio probatório, nos concursos de remoção;
- g) revogação das alterações propostas pela Lei nº 17.722/2021, sobre a aquisição de férias para o funcionalismo municipal (regulamentadas pelo Decreto nº 62.555/2023) e sobre a redução das abonadas;
- h) valor máximo da GDA e da GLT para todos os integrantes do QPE;

- i) não desconto do vale-alimentação aos solicitantes de redução de jornada, prevista no Decreto nº 62.835/2023;
- j) pagamento do PDE, com valor integral, para todos os profissionais de educação e agentes de apoio em exercício nas unidades da rede – ativos e aposentados;
- k) cumprimento do direito da jornada de formação dos gestores em local de livre escolha, sem convocações nestes horários.

5 - ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR

Defendemos:

- a) regulamentação e implementação de programa voltado à saúde física e mental dos profissionais de educação e estudantes;
- b) expansão do atendimento no HSPM, com unidades descentralizadas em todas as regiões da cidade, inclusive com pronto atendimento, para melhor atender aos usuários;
- c) publicações de licenças médicas com o prazo máximo de cinco dias após a realização das perícias;
- d) proteção à vida dos profissionais, com imediato afastamento quando ameaçados no exercício de suas funções;
- e) efetivação de rede de proteção em todos os territórios onde as escolas municipais estão localizadas;
- f) extensão do direito de uso do HSPM para pai e mãe de servidor, sem a necessidade de comprovação de invalidez;

- g) rede de proteção social, financiada com recursos vinculados à saúde, para atender às demandas da comunidade escolar com assistentes sociais, psicólogos, fonoaudiólogos, psiquiatras e oftalmologistas;
- h) programas de prevenção às doenças profissionais e assistência à saúde dos profissionais da educação e estudantes da rede municipal;
- i) direito à licença-nojo estendido para avós e tias;
- j) direito ao comprovante/atestado de horas por comparecimento/participação em reuniões de pais.

6 - CAMPANHAS 2025 E 2026

O SINPEEM deve organizar e realizar as seguintes campanhas, a partir do mês de outubro de 2025:

- a) por valorização dos profissionais de educação, tendo como eixos: incorporação dos abonos complementares de pisos aos padrões de vencimentos dos ativos e aposentados, reajuste superior à inflação e aumento real, defesa da saúde e proteção contra violência física e moral aos profissionais de educação;
- b) em defesa da escola pública estatal, gratuita, laica e de qualidade social;
- c) atendimento à demanda da educação infantil na rede direta;
- d) em defesa das carreiras dos profissionais de educação, valorização profissional e contra a política de remuneração por subsídio;
- e) por condições plenas de trabalho, com ampliação dos módulos dos profissionais de educação em cada escola;
- f) contra a desvinculação orçamentária das receitas destinadas à manutenção e desenvolvimento do ensino;
- g) contra a terceirização dos serviços públicos e do atendimento à demanda da educação infantil e ao ensino fundamental;
- h) em defesa dos concursos públicos, para ingresso e acesso, nas carreiras que compõem o Quadro dos Profissionais de Educação;
- i) em defesa da Previdência pública estatal e pelo fim do confisco previdenciário;
- j) por redução da quantidade de bebês, crianças, jovens e adultos por sala/turma/agrupamento;





Fernando Cardozo

- k) contra o racismo, discriminações e todas as formas de assédios moral, sexual e de qualquer outra natureza;
- l) contra as reformas da previdenciária e administrativa;
- m) em defesa da EJA em todas as unidades da rede e contra o fechamento de salas, cadastro permanente, autonomia para a matrícula e realização da matrícula ao longo do ano;
- n) em defesa de isonomia e paridade para os aposentados;
- o) pela redução da jornada de trabalho do Quadro de Apoio para 30 horas semanais, sem redução de salários;
- p) pela revogação da Lei nº 18.221/2020 que ataca nossa carreira, os direitos dos readaptados e profissionais adoecidos, além de abrir brecha para o processo de privatização;
- q) contra o afastamento arbitrário e ilegal de diretores(as) das 24 Emefs. Fortalecer ações em conjunto com as comunidades escolares, população e demais sindicatos e movimentos. Por seu retorno às escolas com autonomia para sua atuação;

7 - ENCAMINHAMENTOS E CALENDÁRIO

O SINPEEM deve:

- 1. participar da marcha nacional do servidor público contra a reforma administrativa em 29 de outubro de 2025, convocada pela CNTE;
- 2. realizar mobilização em defesa da educação pública e estatal junto com a CNTE;
- 3. lançar a campanha por valorização dos profissionais de educação em manifestação pública, a ser realizada antes do encerramento deste ano letivo;

- 4. organizar a campanha de 2026 por valorização dos profissionais de educação, com calendário de manifestações com paralisação e assembleia geral, conforme o seguinte calendário:
 - a) protocolar a pauta de reivindicações, com pedido de instalação do processo negocial no início de 2026;
 - b) 08/03 - manifestação "Mulher é maioria na educação; direitos e valorização";
 - c) manifestação e assembleia no primeiro trimestre de 2026;
 - d) maio – convocar paralisação, manifestação e assembleia para deliberação sobre greve;
 - e) convocar paralisação e assembleia, com indicação de greve, a qualquer momento, caso o governo pautar projetos propondo a transformação da remuneração dos profissionais da educação municipal em subsídio;
 - f) **realizar manifestação pela revogação do confisco até o final da primeira quinzena de abril;**
 - g) participar da organização, convocação e realização de ato unificado da luta das mulheres, no dia 08 de março;
 - h) propor e organizar, em conjunto com a CUT e a CNTE, no primeiro trimestre de 2026, o dia nacional de luta, com caravana a Brasília, contra o confisco, as reformas previdenciária e administrativa, em defesa dos empregos, salários e direitos e pelo fim da escala 6X1;
 - i) construir, juntamente com a CUT e a CNTE, a greve nacional da educação contra a retirada de direitos e a desvinculação de receitas destinadas à manutenção e desenvolvimento do ensino;
 - j) realizar o seminário "Educação infantil é na rede direta";
 - k) realizar o seminário "Educação infantil especial na perspectiva inclusiva: avanços e desafios";

- l) organizar "O agosto da infância", mês em que se comemora o Dia da Primeira Infância.

MARÇO, MULHER E OUTRAS ATIVIDADES AO LONGO DO ANO

Durante o mês de março e ao longo do ano:

- a) Bloco Unidos da Educação, em 08/02/2026, na Av. Paulista. Educação é na rede direta estatal;
- b) abrir as atividades alusivas ao Dia Internacional da Mulher no dia 02 de março, com o seminário "As lutas políticas das mulheres por emancipação e direitos";
- c) 08 de março: manifestação "Mulher é maioria na educação", por condições de trabalho, saúde e segurança nas unidades educacionais;
- d) realizar o seminário "História da resistência e luta feminista no Brasil";
- e) realizar o curso "Doenças profissionais e a saúde da mulher trabalhadora da educação";
- f) realizar curso sobre formação política sindical em parceria com o Dieese;
- g) realizar o seminário "A luta dos trabalhadores públicos de educação por direitos, democracia, liberdades e serviços públicos";
- h) participar das manifestações unificadas, convocadas pela CUT e a CNTE para o mês de maio;
- i) realizar plenária sobre o desmonte das políticas públicas e ações para resistir, manter e conquistar e novos direitos.
- j) realizar manifestação em defesa da previdência pública, direitos dos aposentados e contra o confisco previdenciário no Dia do Aposentado Público, em 17 de junho;
- k) realizar em agosto, em conjunto com a CNTE, paralisação em defesa da educação, da escola pública e valorização dos seus profissionais;
- l) realizar a marcha em defesa da educação infantil e contra a privatização, no dia 24/08 – Dia da Primeira Infância.
- m) realizar plenária do Quadro de Apoio sobre carreira, jornada e remuneração;
- n) realizar a campanha "Sem o Quadro de Apoio a escola não funciona";
- o) realizar a caminhada "Educação: profissão professor(a)".

Grupos de interesse abordaram temas relevantes para toda a categoria



Escola pública: enfrentamentos, resgate e reinvenções - coordenação: Claudio Fonseca

Ministrada por Angélica Lovatto, José Sérgio Fonseca de Carvalho e Glaucia da Silva Brito, a palestra, com tema homônimo ao congresso, abordou os desafios dos educadores com o avanço da privatização e da terceirização da educação pública, ausência de políticas públicas para melhorar a qualidade do ensino e a falta de valorização dos profissionais de educação, que convivem com baixos salários e péssimas condições de trabalho.



A voz delas: empoderar para romper o ciclo das violências - coordenação: Raquel Macedo

As palestrantes Iracema Santos do Nascimento e Taina Silva Santos discutiram o papel da escola na promoção da igualdade de gênero, na luta contra a violência e a importância da implementação da Lei nº 14.986/2024 na educação básica. Neste sentido, ressaltaram a necessidade da escuta ativa e o fortalecimento da voz de meninas e mulheres, aliados às práticas pedagógicas que desconstruem estereótipos e preconceitos.



O projeto de destruição da educação por meio de escolas cívico-militares, terceirizações e privatizações. Por que Tarcísio e Nunes caminham juntos? - coordenação: Patrícia Pimenta

Madalena Guasco Peixoto e Marcelo Adolphi ressaltaram que, com o avanço da extrema direita, a implementação de escolas cívico-militares, verdadeiro ataque aos servidores e aos serviços públicos, tem gestão privada da educação pública, com programa e concepção antidemocráticos e discriminatórios. Um projeto de formação de sujeitos submissos e intolerantes, que atende aos interesses de partidos políticos e não às necessidades de uma sociedade mais justa e igualitária.



Políticas públicas para a inclusão: como garantir financiamento, infraestrutura e recursos humanos necessários - coordenação: Ana Lúcia Marques

Ulisses Araújo e Victor Henrique Grampa falaram sobre as ações do poder público necessárias para que tenhamos uma educação inclusiva na perspectiva da educação especial, com a garantia, por parte dos governos, de investimento na formação de professores, além da efetivação de uma rede de proteção social, com articulação intersetorial, em todos os territórios, a fim de atender às necessidades dos bebês, crianças, jovens e adultos matriculados na rede municipal de ensino.



A democracia sob ataque: mídias sociais, informação e desinformação em debate - coordenação: Juliano Godoi

Refletir criticamente sobre como as tecnologias digitais vêm reconfigurando a esfera pública e o funcionamento do cérebro humano. Esta foi a proposta dos palestrantes Alvaro Martins Fernandes Júnior e Ana Paula Ferreira Silva. Eles afirmaram que a manipulação nas redes, além de informacional, é cognitiva e emocional, posto que as mídias interferem diretamente na atenção, memória e na tomada de decisões. Também apontaram a defesa da pluralidade e da liberdade cognitiva como condição essencial para preservar a democracia.



Abordagens sobre gênero e sexualidade na educação infantil - coordenação: Valéria Silva

Tendo em vista que a educação infantil é fundamental para a construção de valores, identidades e formas de convivência, Felipe Gonçalves Bacchiega e Suzane Costa refletiram sobre os caminhos pedagógicos que favorecem a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária, desde os primeiros anos de vida, apresentando práticas e estratégias para integrar discussões sobre gênero, sexualidade e diversidade ao cotidiano escolar de maneira ética, democrática e respeitosa.



Neurodiversidade, inclusão e equidade: construindo um projeto político pedagógico potente - coordenação: Claudio Fonseca

Jéssica Novôa e Wilson Candido Braga dissertaram sobre a escola como espaço fundamental de transformação social e as formas como a pessoa neurotípica se desenvolve diante de suas especificidades, dos recursos e dos meios que são disponibilizados em cada realidade escolar, caminhos essenciais para a realização de diferentes abordagens pedagógicas, pautadas nos princípios da educação inclusiva, acolhendo a pluralidade de experiências cognitivas, sociais e culturais da nossa sociedade.



Educação infantil é na rede direta, em defesa da escola pública e estatal - coordenação: Michele Rosa

Beatriz Campanharo e Danieli Casare da Silva Moreira discutiram com os delegados sobre a importância de barrar o processo de privatização da educação, que tem desviado os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino para os bolsos de empresários, tendo em vista o papel da rede direta na consolidação de uma educação infantil democrática, inclusiva e de qualidade social, destacando o compromisso com a valorização da infância, o fortalecimento das práticas pedagógicas e a formação dos profissionais da educação.



A importância do Quadro de Apoio no processo de ensino e aprendizagem - coordenação: José Corsino

Sob a máxima de que o trabalho do Quadro de Apoio é fundamental para o funcionamento harmonioso e eficaz das unidades educacionais, o presidente do SINPEEM, Claudio Fonseca, e a palestrante Siderly do Carmo Dahle de Almeida abordaram a importância da valorização destes profissionais, dando ênfase à necessidade de redução da jornada de trabalho sem redução dos salários e a garantia de evolução funcional com os mesmos critérios dos docentes: tempo, títulos e tempo e títulos combinados, entre outras mudanças nas carreiras dos ATEs e dos agentes escolares, reivindicadas pelo SINPEEM.



Laicidade do estado: religião, política e a construção da sociedade - coordenação: Célia Cordeiro

Bárbara Carine e Vagner Aparecido Marques refletiram sobre o papel da laicidade, prevista na Constituição de 1988, na construção de uma escola plural, inclusiva e democrática, garantindo que o respeito à diversidade religiosa tenha centralidade e o conhecimento científico seja ensinado de forma crítica. Também apontaram como desafio a necessidade de solidificar a laicidade como princípio norteador das relações na esfera pública, fortalecendo o combate ao racismo religioso e a defesa da cultura de paz.



EUA e Brasil na geopolítica das Américas: Trump x mundo? - coordenação: Cleiton Gomes

Celso Carvalho e Fernando Lima discutiram a forma como Donald Trump vem conduzindo a economia dos Estados Unidos, especialmente com a implementação de tarifas exorbitantes de importação para o Brasil e o resto do mundo, provocando uma crise sem precedentes, na tentativa de estrangular o mercado doméstico chinês, que precisa de acesso ao mercado norte-americano para escoar os seus produtos. Os efeitos na economia da América Latina são catastróficos, principalmente para os países que exportam produtos primários para os EUA.



Pedagogia griô: educação, identidade e ancestralidade - coordenação: Valéria Silva

Tendo como proposta a vivência e o diálogo entre os saberes da tradição oral e a educação formal, e os griôs e mestres protagonistas na educação, a pedagogia griô foi debatida pelos palestrantes Cleiton Mendes e Sidnei Barreto Nogueira. Criada pela educadora Lillian Pacheco, trata-se da integração de mito, arte, ciência, história de vida e todos os saberes e fazeres tradicionais da comunidade, colocando a vida, a identidade e a ancestralidade dos estudantes como centro do saber.



Ambiente de trabalho escolar: relações interpessoais e a gestão democrática - coordenação: Diogo Mautone

Celso dos Santos Vasconcellos e Roseli da Silva Cordeiro Ruiz falaram sobre a importância da gestão democrática no processo de ensino e aprendizagem, ao garantir a participação efetiva dos sujeitos na vida escolar. Eles enfatizaram que a escuta ativa, o acolhimento das demandas e a construção coletiva de soluções, especialmente por meio do projeto político-pedagógico, são práticas que fortalecem a democracia no cotidiano escolar, tendo em vista que o exercício autoritário do poder cerceia o desenvolvimento.



Cosmologias e religiosidades para uma educação plural, numa escola laica - coordenação: Luzinete Josefa da Rocha

Nesta palestra, Jacqueline Moraes Teixeira e José Alves de Freitas Neto ofereceram subsídios teóricos e práticos para os educadores(as) que enfrentam o desafio cotidiano de mediar diferenças numa sociedade na qual as intolerâncias ainda prevalecem. Propuseram caminhos para uma educação para a tolerância, capaz de articular ciência, direitos humanos e respeito às diferentes visões de mundo, com a finalidade de formar sujeitos críticos, empáticos e preparados para o diálogo em sociedades plurais.



Quebra de paradigmas e discussão étnico-racial para garantir a história e a cultura dos povos originários - coordenação: Lílian Pacheco

O palestrante Aly David Arturo Y. Orellana discorreu sobre os desafios que a educação brasileira vem enfrentando, intensificados nas últimas décadas pela necessidade de políticas públicas que visem garantir direitos conquistados por vários grupos sociais, por meio de um longo processo de luta, e que, embora estejam na legislação, não são integralmente efetivados, estando ausentes nos currículos e no cotidiano das escolas. Em alguns casos, quando estão, são trabalhados de forma inadequada.



Subversão entre a realidade e o pensamento: ideologia e as novas tecnologias - coordenação: Ricardo Cardoso

Mary Grace Andrioli e Glaucia da Silva Brito propuseram uma reflexão crítica sobre a tensão entre realidade, pensamento e ideologia diante da emergência das novas tecnologias, em especial a inteligência artificial, e ressaltaram que a verdadeira subversão é usar as tecnologias para ampliar vozes, democratizar o acesso e formar sujeitos críticos e responsáveis. Os palestrantes lembraram que cabe a cada profissional de educação da rede pública fazer da contradição o espaço da transformação.



Crise ambiental, injustiça climática e a função da escola pública - coordenação: Francisco Livino Neto

Marília Fanucchi e Paulo Fraga da Silva ressaltaram que a escola deve conscientizar a comunidade local e a população em geral sobre a necessidade de atitudes individuais e coletivas para preservar biomas e biodiversidades, questionando padrões de consumo e produção, relacionando o meio ambiente, as desigualdades sociais e a democracia. A escola pública tem de ser um espaço de formação de sujeitos capazes de agir eticamente, cooperar democraticamente e construir um futuro sustentável.



Mercantilização da educação: um modelo predatório de ensino - coordenação: Juliano Godoi

Angélica Lovatto e José Sérgio Fonseca de Carvalho falaram sobre as consequências nefastas da mercantilização da educação pública, estatal e de qualidade social para toda a sociedade, com o desvio de recursos públicos para o bolso de grandes empresários, desarticulando a produção científica e comprometendo a autonomia pedagógica e a gestão democrática, além, é claro, de refletir diretamente nas carreiras e salários dos profissionais de educação, com a perda de direitos.



Povos originários e suas culturas: pelo cumprimento da Lei nº 11.645/2008 e a necessária reparação social - coordenação: Michele Rosa

Hanna Cibele Lins Rocha Limulja e Tiago Hakiy falaram sobre o grande desafio para a implementação, de fato, da Lei nº 11.645/2008, que tornou obrigatória a inclusão do estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena nos currículos da educação básica, como forma de reconhecimento da importância dos povos indígenas para a construção do Brasil como nação, considerando e trabalhando com a realidade das escolas, para efetivar uma educação que reconheça os saberes, os direitos e a própria existência destes povos.



Currículo e diversidade: como incluir a cultura, a história e os conhecimentos de diferentes grupos sociais no ensino - coordenação: Patrícia Pimenta

Nesta palestra, Francisco Thiago Silva e Silvana Aparecida da Silva discorreram sobre a necessidade de os profissionais de educação, mediadores e responsáveis pelo processo de ensino e aprendizagem, transformarem o currículo em práticas pedagógicas críticas, com a ampliação de horizontes, mas sempre comprometido com a equidade, o respeito às diferenças e a construção de uma sociedade plural e democrática, capaz de promover a igualdade, a justiça e o respeito à diversidade em todas as suas formas.



Inteligência artificial e os riscos da desumanização da educação - coordenação: Claudio Fonseca

Celso Francisco Tondim e Jane Patrícia Haddad colocaram em discussão com os delegados a desumanização da educação por meio da inteligência artificial e debateram acerca das possibilidades de transformar as novas tecnologias em aliadas da educação, como ferramentas complementares, partindo do princípio de que os professores(as) continuam sendo insubstituíveis, portanto, essenciais para interagir com os alunos(as) e promover o desenvolvimento humano.



As infâncias da São Paulo desigual e o papel da escola como espaço de garantia de direitos fundamentais - coordenação: Diogo Mautone

As palestrantes Célia Serrão e Marcia Aparecida Gobbi discutiram sobre a função social da escola na garantia dos direitos fundamentais de bebês e crianças; quais políticas reparatórias são necessárias, a linha tênue entre a educação e o assistencialismo, potencializados na maior cidade do país, além debaterem a importância do combate às políticas privatistas, de educação domiciliar, das escolas cívico-militares e da plataforma do ensino.



Educação e saúde: a necessidade de programas voltados à saúde mental e física dos profissionais de educação e dos estudantes - coordenação - Francisco Livino Neto

Os palestrantes Eduardo Lucas Andrade e Lucas Motta Veiga abordaram o trabalho extenuante dos profissionais de educação, somado às condições precárias de trabalho, que os têm levado ao adoecimento, elevando, cada vez mais, o índice de afastamento na rede municipal de ensino. Atualmente, já são mais de 10 mil readaptações funcionais. Também abordaram questões sobre *bullyings*, racismo e outros tipos de violências no ambiente escolar.



Desigualdade de gênero na educação brasileira - coordenação: Cleonice Oliveira

Ana Flor Fernandes e Job dos Reis falaram sobre a importância da escola para promover a equidade de gênero por meio do acolhimento e revisão de currículos, bem como a necessidade de o poder público investir na formação continuada dos docentes, em políticas inclusivas e em ambientes escolares seguros para que tenhamos uma sociedade mais justa e democrática, na qual as pessoas não sejam estigmatizadas e prevaleça, de fato, o respeito às diversidades.

Material de apoio

Com a tradicional mochila, distribuída todos os anos, os delegados receberam, o material impresso, composto pelo caderno do Texto Referência e Emendas para discussão nas plenárias, folder da Dinâmica, Regimento do congresso e bloco de anotações, além de um *squeeze* e uma nécessaire.

Jaime Silvestre



Programação cultural diversificada

Nos quatro dias do congresso foram realizadas 15 apresentações musicais. No hall de entrada, a recepção dos delegados ficou por conta do saxofonista Zico de Oliveira e dos cantores Crys Araújo e Moacyr Santos.

Nos intervalos do almoço, no espaço da 21ª Mostra de Arte e Cultura (MAC), apresentações da banda A Finada Fanfarra Eterna, Projeto

Musicando, Cabra é Fêmea (forró), Grupo Festa de Rei (espetáculo "Bumba meu boi do novo mundo") e do cantor Rodrigo Vianna.

Já no auditório Celso Furtado (grande auditório) os delegados aplaudiram os shows dos cantores e compositores Chico César e Zélia Duncan e das bandas Samba de Rainha e Barão Vermelho.



Zélia Duncan



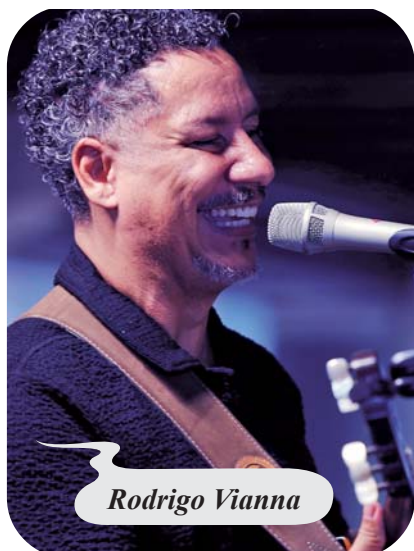
Barão Vermelho



Samba de Rainha



Chico César



Rodrigo Vianna



Zico Oliveira



A Finada Fanfarra Eterna



Crys Araújo



Grupo Festa de Rei

Alimentação e transporte

Para garantir o conforto dos delegados, nos quatro dias do congresso foram servidas em torno de 16 mil refeições.

O SINPEEM também garantiu transporte todos os dias, de acordo com a opção dos delegados no ato da inscrição, em todas as regiões da cidade, e também circular do Metrô Tietê até o para o Centro de Convenções do Distrito Anhembi.



Arte e cultura

Ainda na 21ª Mostra de Arte e Cultura (MAC), chamaram a atenção dos delegados as oficinas de pintura com argila em obras 3D, com o artista plástico Leandro Júnior, e de instrumentos musicais, com Barulho Max, além da exposição de caricaturas em homenagem aos 80 anos do cantor e compositor Raul Seixas.



Delegados elogiaram a dinâmica, a organização e a logística do congresso

O congresso anual de educação promovido pelo SINPEEM começa a ser organizado ainda no mês de maio, envolvendo mais de 400 profissionais, incluindo a Diretoria, os funcionários do sindicato e os prestadores de serviços, para garantir que a logística, a infraestrutura e a dinâmica do evento atendam às necessidades dos delegados, desde a escolha dos

temas dos grupos de interesse e do credenciamento, às apresentações culturais, transporte e alimentação, tendo como base as avaliações preenchidas pelos delegados no ano anterior.

Veja alguns depoimentos:

Fotos: Graça Donegati



“Os congressos do SINPEEM nos oferecem vivências excelentes, com conteúdo rico para todos os profissionais de educação. Como violonista, também acho incríveis as atividades artísticas oferecidas aos delegados”. - **Jeuzinete Santos, professora de educação infantil e ensino fundamental I**



“Com a discussão de temas tão relevantes, conseguimos construir novos saberes. E ainda temos um respiro, com as atividades culturais de altíssima qualidade, e percebemos que a educação é cultura, é arte.” - **José Rocha, professor de educação infantil e ensino fundamental I**



“O congresso é um momento único durante o ano que nos ajuda em nossa formação política, pois nos ensina sobre a importância do trabalho do sindicato para a categoria, sem contar a valorosa troca de experiências.” - **Jair Francisco de Oliveira, professor de ensino fundamental II e médio**

“O diferencial dos congressos do SINPEEM é que são apenas para nós, profissionais de educação. Além da formação, é muito importante também sairmos daqui com o nosso Plano de Lutas aprovado.”

- **Jaciara Queiroz Souza, professora de educação infantil**



“Uma vez professora, sempre professora. Agradeço ao SINPEEM por este evento maravilhoso, por continuar a luta pelos direitos da categoria e investir tanto e com tanta qualidade na formação de cada um de nós.” - **Maria Leandro, aposentada**



“O congresso do SINPEEM tem acompanhado todas as mudanças sociais e tecnológicas, nos oferecendo o que há de melhor para que possamos ampliar os nossos conhecimentos e dividi-los com os nossos pares.” - **Adriana Melo, professora de ensino fundamental I**



“O congresso é um espaço muito rico de aprendizado. Além das palestras, nós nos atualizamos sobre tudo que está acontecendo na rede e podemos levar as informações para as nossas escolas.” - **Marina Breviglieri, professora de educação infantil e ensino fundamental I**



“O congresso nos oferece palestras maravilhosas, com temas que fazem parte do nosso dia a dia no chão da escola. É um espaço com ótima infraestrutura e muito importante de formação e também de cultura.” - **Alex Figueiredo, auxiliar técnico de educação**



“Nós, do Quadro de Apoio, também temos sede de conhecimento. Por isso, não podemos deixar de vir ao congresso para não nos isolarmos e podermos compartilhar o aprendizado que recebemos com os nossos colegas que ficaram na escola.” - **Maria José Oliveira, agente escolar**

“É a terceira vez que participo do congresso do SINPEEM. Todos estes anos tenho tido a oportunidade de trocar experiências com outros colegas. Isto nos fortalece e nos ajuda na prática pedagógica cotidiana.” - **Selma Rosa Barbosa, professora de educação infantil e ensino fundamental I**



“Não podemos usar este tempo tão precioso do congresso para discutirmos apenas política, como muitos querem. A bagagem cultural e a troca de vivências também são fundamentais para o nosso aprendizado.” - **Maria Reis, professora de educação infantil**



“Este congresso é completo: nos oferece aprendizado, atualização sobre a nossa vida funcional, reencontros com colegas e atividades culturais muito boas, que nos enriquecem não só como profissionais, mas como pessoas.” - **Maria Aparecida da Silva, aposentada**



Grupo de trabalho inicia discussões sobre as carreiras do Quadro de Apoio

SINPEEM ratifica reivindicações referentes às funções correlatas, jornada de trabalho, carreiras, concursos e evolução funcional

As primeiras reuniões, conforme o cronograma da Coordenadoria de Gestão de Pessoas (Cogep)/SME, foram destinadas para tratar sobre a evolução funcional dos cargos que integram o Quadro de Apoio à Educação.

Este grupo de trabalho foi constituído em cumprimento ao Protocolo de Negociação assinado entre a Coordenação das Entidades Sindicais Específicas da Educação Municipal (Co-

educ) – composta pelo SINPEEM, SEDIN e SINESP – e o governo durante a campanha salarial deste ano. Além do SINPEEM, participaram das reuniões as demais entidades que compõem a Coeduc, outros sindicatos e representantes da SME e da Secretaria Municipal de Gestão (SMG).

Atualmente, para evoluir em suas carreiras os auxiliares técnicos de educação e os agentes escolares precisam atender aos critérios de avaliação de desempenho e combinar títulos e atividades.

Conforme a pauta geral de reivindicações entregue ao governo em fevereiro, o SINPEEM, representado pelos diretores José Corsino e Lilian Pacheco, defendeu que a evolução

funcional do Quadro de Apoio siga os mesmos critérios adotados para o Quadro do Magistério, ou seja, tempo, títulos (são considerados o Certificado de Valoração Profissional, cursos de graduação, pós-graduação, especialização e os promovidos, reconhecidos ou patrocinados pelo órgão técnico da SME) e tempo e títulos combinados, além de formação dentro do horário de trabalho.

Durante as campanhas dos últimos anos, o SINPEEM protocolou pauta com todas as reivindicações do Quadro de Apoio e continua na luta por redução de jornada sem redução de salários e demais reivindicações.

Sem o Quadro de Apoio a escola não funciona!

SINPEEM em Brasília luta contra a reforma administrativa e pelo fim do confisco previdenciário

Em tramitação no Congresso Nacional, as mudanças previstas na reforma administrativa (PEC nº 32/2020) ameaçam precarizar serviços essenciais para toda a população brasileira, como saúde, educação, segurança e previdência, destruindo direitos dos servidores públicos, conquistados com muita luta ao longo de décadas, e transformando direitos em mercadoria.

O fim do concurso e a adoção de contratos temporários podem comprometer não só a valorização profissional, mas também a continuidade de políticas educacionais duradouras e baseadas em mérito técnico.

Ao acabar com a estabilidade dos servidores, beneficiando o setor privado, a PEC nº 32/2020 prevê:

- ❖ cinco novos tipos de vínculos – experiência, prazo determinado, prazo indeterminado (sem estabilidade), cargos típicos de Estado (com estabilidade) e cargos de liderança/assessoramento;
- ❖ fim da progressão automática por tempo de serviço e as promoções ficam vinculadas ao mérito/desempenho;

- ❖ extinção da licença-prêmio e de adicionais automáticos;
- ❖ possibilidade de redução de jornada com redução proporcional de salário, em caso de crise fiscal;
- ❖ cargos de liderança e assessoramento poderão ser ocupados também por pessoas de fora do serviço público;
- ❖ avaliação periódica com possibilidade real de demissão por desempenho insuficiente.

Apesar de os atuais servidores não perderem a estabilidade ou benefícios já garantidos, as novas regras podem atingir os reajustes salariais e precarizar o trabalho cotidiano.

Por isso, o SINPEEM tem participado de todas as atividades convocadas pela CUT e CNTE, inclusive com caravana a Brasília, para a marcha em defesa dos servidores, da manutenção dos serviços públicos de qualidade para toda a população, da valorização e das carreiras dos profissionais de educação e demais trabalhadores e pelo fim do confisco previdenciário.

**Informações sobre
atualização cadastral, filiação, cursos,
certificados, declarações e outros.**

3329-4500

informes@sinpeem.com.br



Professores podem solicitar a Carteira Nacional Docente

O Ministério da Educação (MEC) criou a Carteira Nacional Docente (CND), destinada aos professores das redes públicas e privadas, de todos os níveis e etapas da educação.

O documento, válido em todo o território nacional, tem como finalidade facilitar o acesso aos descontos em eventos culturais, 15% de desconto nos hotéis, em parceria com a Associação Brasileira Indústria de Hotéis (ABIH Nacional), entre outros benefícios exclusivos do programa Mais Professores para o Brasil.

Para solicitar a CND o docente acessar a página do Mais Professores (<https://www.gov.br/mec/pt-br/mais-professores>) e fazer o *login* com os dados do gov.br. Para preencher o formulário, com envio de dados cadastrais e foto, deve estar com o CPF regular e em exercício da atividade docente em uma instituição de ensino.



NÃO CAIAM EM GOLPES

O SINPEEM não solicita, em hipótese alguma, depósito de qualquer valor para o pagamento de despesas judiciais e/ou advocatícias. Também não faz ligação telefônica para a compra de precatórios.

DENUNCIE À POLÍCIA

Na dúvida, sempre entre em contato com o SINPEEM (av. Santos Dumont, 596, Luz, telefone 3329-4500, e-mail: seuprocesso@sinpeem.com.br).



REMETENTE:
Av. Santos Dumont, 596 - Luz
São Paulo - SP - Fone 3329-4500
CEP 01101-000

FECHAMENTO AUTORIZADO - PODE SER ABERTO PELA ECT

Mala Direta
Postal Especial
9912252003/2010-DR/SPM
SINPEEM
Correios



Para uso dos Correios

- | | |
|--|--|
| ☐ Mudou-se | ☐ Falecido |
| ☐ Desconhecido | ☐ Ausente |
| ☐ Recusado | ☐ Não procurado |
| ☐ Endereço insuficiente | ☐ Outros |
| ☐ Não existe o número indicado | |
| ☐ Informação escrita pelo porteiro ou síndico | |

Reintegrado ao Serviço Postal em ____/____/____

responsável

